

O mistério da linha de crédito

José Manuel Saraiva

NAS últimas horas que antecederam o final da visita de Estado do presidente Samora Machel à imprensa portuguesa, designadamente a Televisão, difundia notícias segundo as quais o Governo da República teria concedido uma linha de crédito no valor de dez milhões de contos a favor de Moçambique.

A opinião pública, julgou naturalmente imprescindível tal concessão, uma vez que não houve depois, nas horas imediatas, quaisquer desmentidos à informação produzida pelos grandes órgãos de comunicação social. De resto, verdade seja dita, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a própria Secretaria de Estado da Cooperação haviam prometido à delegação moçambicana a fixação de uma linha de crédito que outros países do Ocidente acabariam, de certo por concretizar, ou até talvez mesmo para utilizar uma expressão menos académica aumentará a parada.

Negócios de Estado não são naturalmente negócios de mercaderia, nem consta que nas paredes do Palácio das Necessidades se encontrem afixados panfletos amarelados com o estafado slogan «hoje não se fia». Por parte dos moçambicanos sabe-se que não vieram a Portugal só para revisitarem ou conhecer a antiga capital do velho Império, apreciarem o belo Mosteiro da Batalha, escutarem Coimbra o toque da velha cabra, subirem ao Porto e saltarem a Guimarães para descansarem, de seguida, no secular berço da nacionalidade.

Independente do significado histórico — transcendentemente histórico — da visita do presidente da Froilme e chefe do Estado da República Popular de Moçambique, a verdade é que outros factores pesavam na deslocação de Samora Machel a Portugal, e ainda pesam na visita que neste momento prossegue por outros países da velha Europa.

Os moçambicanos vieram a Lisboa também para negociar e oferecer aos portugueses o privilégio da sua escolha e propor um trabalho conjunto em vários domínios na base das vantagens

recíprocas.

Não admiraria, portanto, que a notícia difundida em primeira mão pela RTP no Telejornal do dia 11 de Outubro (véspera da partida do presidente Samora Machel) segundo a qual o Governo português teria concedido uma linha de crédito de dez milhões de contos, tenha sido escutada sem grandes surpresas. Na noite do mesmo dia, o chefe do Estado moçambicano dava em Queluz uma recepção oficial em honra de Eanes para a qual foi convidado o ministro das Finanças, Ernâni Lopes e, naturalmente os outros membros do Governo português.

Fontes dignas de crédito garantiram-nos que Ernâni Lopes, que não viu o Telejornal nessa noite, soubera da notícia sobre a concessão da linha de crédito por intermédio de uma das suas filhas quando passou por casa, a caminho do Palácio de Queluz.

Uma fonte diplomática disse-nos depois que o titular da pasta das Finanças, chegado à recepção furibundo provoca um miniconselho de ministros chama de parte Mário Soares e Jaime Gama, fala com eles, e, desesperado, atribui à Secretaria de Estado da Cooperação a fuga da informação dada horas antes pelos serviços noticiosos do Telejornal.

Para Ernâni Lopes não pode haver qualquer concessão de linha de crédito que já havia sido prometida às autoridades moçambicanas. Sabe-se que Luis Gaspar da Silva, secretário de Estado da Cooperação se recusa a dar o dito pelo não dito: negócios são negócios e palavra só deve existir a da honra.

Já durante a recepção alguns moçambicanos apercebem-se que nem tudo estava a correr pelo melhor. A discussão entre Mário Soares, Jaime Gama e Ernâni Lopes prossegue pela madrugada dentro. O titular dos Negócios Estrangeiros acaba mais tarde por apoiar a linha do Primeiro-Ministro baseada na posição do ministro das Finanças. O mini conselho de ministros chega a acordo: é preciso dizer à delegação da República Popular de Moçambique, que, afinal, não há um só tostão disponível para

constituir linha de crédito a favor de Maputo.

As 8 horas da manhã do dia 12 — quatro horas antes da partida de Samora Machel — as autoridades portuguesas comunica a decisão de Queluz aos moçambicanos e dizem-lhes na conversa que antiveram com eles, que deverão ser os bancos centrais dos dois países a negociar e a discutirem as condições futuras das relações económicas entre Portugal e Moçambique.

A delegação visitante, perante a atitude do Governo português, recusa-se, em princípio, a deslocar-se ao Palácio da Ajuda para a cerimónia da assinatura de um acordo de cooperação judiciária e de um outro de amizade. Só a posterior intervenção do presidente Samora Machel junto dos ministros moçambicanos faz reconsiderar-los na decisão assumida e, como chefe de Estado, leva-os a estar presentes no acto da assinatura do tratado de cooperação judiciária.

Horas depois o presidente da República Popular de Moçambique deixava Lisboa rumo a Alentejo de onde seguirá depois para a França e Inglaterra, no âmbito de uma visita à Europa que iniciou na Holanda antes de passar pela Bélgica.

Oportunidade única

O Governo português perdeu assim uma enorme oportunidade de estabelecer as melhores relações económicas com a República Popular de Moçambique. Destes erros cometidos aproveitara-se-ão, decerto, as potências mais ricas do Ocidente. Samora Machel, durante os cinco dias da sua visita a Portugal, nunca se cansou de chamar a atenção para o carácter de privilégio concedido pela RPM aos portugueses. Por seu turno, o Presidente, general Ramalho Eanes, compreendendo o significado político desta visita lembrou, com razão, que o que é preciso é não olhar aos lucros imediatos, mas ter sempre presente os interesses permanentes dos povos.

Poderá o Governo português argumentar dificuldades para a concessão do estabelecimento de uma linha de crédito a Mo-

çambique. Mas, se o fizer perseguir-se-á, então, por que razão não deu resposta, em quaisquer circunstâncias, ao desafio lançado pelos moçambicanos para a criação de um esquema triangular com participações de terceiros países. Para a concretização de muitos projectos era perfeitamente possível o envolvimento de empresas de capitais mistos de várias nações. E o Governo recusou, mesmo assim.

Ocorreu ainda muito pouco tempo sobre a hora da despedida do chefe do Estado moçambicano. Não há dados que permitam, desde já, conhecer com rigor a opinião dos empresários portugueses para quem Samora Machel usou de total franqueza: as portas de Moçambique, do Rovuma ao Maputo, estão abertas ao investimento português. No entanto, dizia-me ontem um diplomata do MNE que grande deverá ser a frustração dos empresários, independentemente das suas convicções ideológicas, que desejam, estão dispostos e interessados em trabalhar em Moçambique. Hoje, seria para eles cedo; amanhã, quem sabe? poderá já ser tarde. E tudo isto, concluiu-se no seu brilhante raciocínio, por obra e graça de um «pequeno Governo, que parece já cansado de ser Governo».

Se é verdade que o executivo chefiado pelo dr. Mário Soares cometeu um gravíssimo erro político, não é menos certo que em nada fica desilustrada a visita do presidente Machel no plano histórico a Portugal.

— Basta para tanto reflectir-se na dimensão e significado que constituiu a condecoração do Presidente Ramalho Eanes pelo chefe do Estado de Moçambique com o Primeiro Grau da Amizade dos Povos pela Paz (a mais alta distinção e o mais elevado grau da ordem) atribuída pela República Popular de Moçambique. O general Eanes é a primeira personalidade a ser galardoadá com tal insignia — uma condecoração criada praticamente para este ocasião, que a História acaba de registar: o reencontro de dois povos fraternos e amigos nas pessoas e personalidades dos seus mais altos representantes.